SECRETÁRIOS DE SAÚDE

O VEÍCULO DA SAÚDE NO BRASIL

ANOIV-Nº31 - MAR/ABR/98



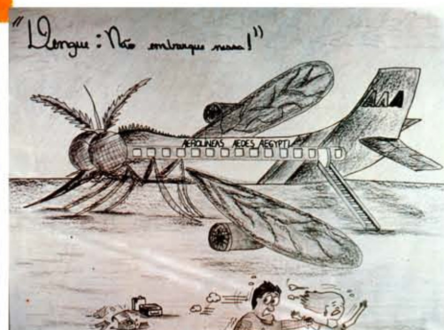
GOVERNO APRESENTA OS

NÚMEROS

Educação e controle do mosquito transmissor da Dengue

PROJETO "APRENDENDO E PARTICIPANDO DO CONTROLE DO *AEDES AEGYPTI*"

Lucia Antonia Taveira - Dorotea de Pádua Damas - Luiz Roberto Fontes



Cartaz premiado: "Dengue: não embarque nessa!". Aluna Rosângela M. Arantes, 11 anos, município de São Simão.



Cartaz premiado: "Acabe com essa festa". Aluna Magda C. Souza, 11 anos, município de São Simão.

Sobre o controle do *Aedes aegypti*

O mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue e da febre amarela, possui hábito urbano e essencialmente domiciliar. Deposita seus ovos em recipientes com água parada, no intra e peridomicílio. Tem acentuada incidência em criadouros artificiais, presentes no ambiente doméstico. Servem como criadouros tanto recipientes volumosos (piscinas não cloradas, caixas d'água e reservatórios de água em geral), como pequenos colecionadores de água (latas, garrafas, pneus, vasos de plantas e seus pratos, plásticos, calhas etc.). Até tampinhas metálicas de garrafa e cascas de ovos de aves são aproveitadas como criadouros. É um mosquito de extrema versatilidade reprodutora, cujos ovos são capazes de tolerar o dessecamento até por 1 ano e eclodir à primeira chuva, atingindo a fase adulta em 10 a 12 dias. Portanto, é uma espécie que se cria muito próximo do ser humano, e bem adaptada às condições do ambiente urbano.

As ações de controle, adotadas em nosso país e detalhadas em 2 manuais recentes, têm priorizado atividades de impacto e efeito imediato: controle químico (focal e ambiental) e mecânico (arrastão e mutirão de limpeza executado por equipes dos poderes públicos). Essas medidas de controle não favorecem a participação popular, que fica na expectativa, no aguardo de uma solução que, no seu entender, deve necessariamente partir do poder público. As grandes operações, tipo arrastão, também são episódicas, demandam recursos humanos e materiais adicionais (contratação ou convocação de funcionários de outros setores; alocação de caminhões e equipamentos compromissados com outros usos), têm custo elevado, obtém pouco ou nenhum compromisso do pessoal operacional, sua qualidade nem sempre é satisfatória e não suscitam a participação da comunidade.

A idéia de se implementarem atividades educativas como forma eficaz para controlar o vetor da dengue vem ganhando corpo em tempos recentes, em vários locais do mundo, onde estudiosos destacam a necessidade de reflexão sobre os mecanismos mais adequados para se obter maior participação popular e sua integração no contexto global das medidas de controle. Programas educativos, além de serem eficazes no controle, não demandam a alocação de recursos substanciais, nem de tempo, o que os torna particularmente atraentes para aplicação em países em desenvolvimento. Porém, projetos educativos não devem se restringir a palestras, feiras de ciência, cartazes, trabalhos escolares, anúncios na mídia etc., pois isso irá apenas resultar em tentativas de repasse de informações e perpetuar a visão fragmentária do problema na comunidade. Também é importante convir que a comunidade está mal informada sobre os problemas da saúde pública, é refratária a participar de programas que pouco compreendem, que freqüentemente não chegam a termo e estão deslocados do contexto sócio-cultural da comunidade; ela sempre mantém uma expectativa desmedida de que o controle químico é a solução para o problema.

Apresentamos aqui o projeto educativo "Aprendendo e participando ... ", com o propósito de trazer a público um modelo que poderá ser adotado por muitos municípios. Ele foi inicialmente implantado, em caráter experimental, em junho de 1994 na cidade de Jaboticabal, SP, com a denominação "Escolares: educação e controle do *Aedes aegypti*". As atividades suscitaram o interesse das autoridades sanitárias em Ribeirão Preto, SP, em época de diagnóstico de alguns casos de dengue, onde foi iniciado em fevereiro de 1995. Logo o projeto passou a ser divulgado na imprensa escrita local, o que deflagrou uma verdadeira cascata de interesses espontâneos de participação, por parte dos municípios vizinhos, da região NE do Estado de São Paulo. A maioria dos municípios optou por desenvolver a proposta na íntegra, com resultados fascinantes.

As 4 fases do projeto

O alvo inicial é a população escolar de 1º e 2º graus. Utiliza-se o professor como agente multiplicador do conhecimento e difusor da prática de eliminação de criadouros, a família como agente ativo na eliminação de criadouros, e setores representativos da sociedade como co-autores e retroalimentadores do processo. A metodologia empregada estimula a competição saudável, individual e coletivamente entre os escolares, e envolve setores importantes da sociedade municipal (família, empresariado, autoridades municipais), interessados no marketing cultural ou político gerado pelo projeto.

É importante ter em mente que a participação ativa de setores do poder municipal (Secretaria de Saúde; Secretaria de Obras; Secretaria de Meio Ambiente; Delegacia de Ensino), respaldadas pelo interesse maior, oriundo da própria Prefeitura Municipal, são fundamentais para o sucesso do empreendimento.

O projeto se desenvolve em 4 fases.



Primeira fase: Conhecimento

Treinamento de profissionais

O projeto tem início com uma ou mais reuniões, viabilizadas pela Delegacia de Ensino, para orientação e treinamento de diretores de escolas, orientadores pedagógicos, e professores de biologia, ciências e educação artística. Nesta ocasião é feito o repasse de informações acerca da biologia do mosquito, seus principais criadouros, a doença dengue e o número de casos confirmados no município e região, medidas de controle e as várias etapas do projeto, além de se ressaltar a importância da participação comunitária no controle. Também efetua-se demonstração de material biológico (ovo, larva, pupa, adultos) e repasse de material de apoio (folhetos, cartazes, apostilas). Os professores treinados atuarão em salas de aula, como agentes multiplicadores do conhecimento.

O treinamento é ministrado por Educadores de Saúde Pública e Visitadores Sanitários. O tempo médio despendido com o treinamento completo de cada município é de 4 horas; apenas em municípios maiores recomenda-se fracionar o treinamento para grupos de professores, para resultar em melhor oportunidade de assimilação.

Concurso de cartaz e/ou redação

Participam desta atividade todos os escolares das zonas urbana e rural. Em cada estabelecimento

de ensino será escolhido o melhor cartaz e a melhor redação, por categoria de alunos (1ª e 2ª séries; 3ª a 5ª séries; 6ª a 8ª séries; colegial). A seleção é realizada por uma comissão julgadora da própria escola. O melhor cartaz e a melhor redação, por categoria de alunos, receberão premiação individual.

Os cartazes premiados são encaminhados à Delegacia de Ensino (ou, na falta desta, à Secretaria de Saúde), dentro do prazo estipulado, para concurso de escolha do melhor cartaz. A comissão julgadora será composta por dois representantes de cada instituição envolvida (Delegacia de Ensino, Secretaria de Saúde, SUCEN) e da comunidade. Todos os cartazes concorrentes serão expostos em locais de grande circulação da comunidade (agências bancárias, Câmara Municipal, Casa da Cultura etc.).

Os critérios para classificação dos cartazes são originalidade, criatividade e mensagem. Os três primeiros colocados serão premiados e o vencedor será adotado como o cartaz oficial do município para distribuição à população e, eventualmente, divulgação em "outdoor".

2ª Segunda fase: Gincana dos Criadouros

O propósito desta atividade é promover a redução no número de criadouros (passíveis de remoção) nas residências, gerar no aluno uma consciência maior sobre o problema e estender essa consciência aos familiares.

A atividade será disputada entre as escolas da cidade e seus distritos. Sempre que possível, deve ser desenvolvida também nas escolas rurais. São considerados criadouros removíveis as latas, garrafas, plásticos, pneus etc., ou seja, quaisquer materiais inservíveis em condições de acumular água.

Durante a coleta de criadouros, funcionários da equipe municipal de controle de *Aedes* (ou do Serviço de Zoonoses) e da Secretaria de Obras auxiliam na separação, contagem e pesagem dos materiais. Os recicláveis podem ser comercializados e o montante arrecadado revertido em benefício da própria escola. Os descartáveis são retirados pela Prefeitura Municipal, para aterramento. Dois representantes da escola devem acompanhar a pesagem.

O recolhimento dos criadouros nas escolas varia de acordo com a disponibilidade de cada município. Servem caminhões, carretas, tambores, caçambas etc., que permanecem em média 2-3 dias em cada escola.

Será vencedora a escola que obtiver maior quantidade de criadouros, numa relação de peso de criadouros por número de alunos (peso de criadouros/número de alunos). Somente os pneus são contados por unidade, e não por peso. São classificadas e premiadas as três escolas que obtiverem maior quantidade de criadouros. Nos municípios em que há uma única escola, a disputa faz-se entre os períodos letivos.

3ª Terceira fase: Gincana de Areia

Nas residências, a maior incidência de larvas de *Aedes* se verifica nos vasos de plantas; mesmo nos períodos secos os vasos contêm água e estão em lugares sombreados, condições propícias à proliferação do mosquito. Esse fato denota uma grande falta de conhecimento da população, e sua reduzida participação nas ações de controle. O controle da infestação domiciliar do mosquito da dengue representa um grande desafio. O objetivo desta atividade é levar o aluno e seus familiares a uma mudança de comportamento e a assumir, em caráter permanente, sua parcela de responsabilidade na redução no número de criadouros presentes no ambiente doméstico.

Após receber orientação do professor em sala de aula, sobre a forma correta de preparar os vasos de plantas, o aluno deverá trazer de sua casa uma embalagem (saco plástico, lata etc.) para receber e transportar areia grossa da escola para a residência, para a preparação de vasos.

De cada escola são sorteados alguns alunos, cujas residências são visitadas por uma comissão que avaliará se, além de encher os vasos com areia, foram colocadas em prática todas as medidas recomendadas pelo professor e, portanto, eliminadas as possibilidades de criação do mosquito. Atendidos esses requisitos, o aluno será premiado individualmente.

Regulamento para avaliação do imóvel que for sorteado

- Os alunos devem receber orientação completa sobre o regulamento da gincana, em sala de aula
- O número de alunos sorteados por escola deve ser definido de acordo com a realidade de cada município
- O sorteio deve ser feito nas unidades escolares, em datas previamente estabelecidas, em sigilo por uma comissão constituída de funcionários do Serviço de Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde e da direção da escola
- Imediatamente após o sorteio, a comissão deve se dirigir em companhia dos alunos às residências sorteadas
- Nas residências devem ser avaliados os seguintes itens:
- se os pratos sob os vasos de plantas estão preenchidos com areia grossa no espaço entre o prato e o vaso
- se os vasos previamente com plantas cultivadas em água estão preenchidos com areia grossa até a boca
- se não há latas, garrafas, plásticos, pneus etc., espalhados pelo quintal. Os pneus que estiverem disponíveis na residência deverão estar em local coberto e seco, e as garrafas em local coberto e seco, ou invertidas
- se os bebedouros dos animais estão isentos de larvas
- se os reservatórios de água (caixas d'água, tambores, potes, latas etc.) estão tampados

ATENÇÃO – o aluno será desclassificado se forem encontrados:
- recipientes em condições favoráveis para a proliferação do mosquito
- larvas de mosquito

4ª 4. Quarta fase: Premiação

A solenidade de premiação é realizada ao final do projeto. Constituiu evento social significativo para a comunidade, aberto ao público em geral e com participação de todos os envolvidos.

Os prêmios materiais foram obtidos de empresários locais (estabelecimentos comerciais e de serviços) ou foram bancados pelo orçamento da própria Prefeitura. Prêmios coletivos visaram suprir necessidades da comunidade escolar. Incluíram, em boa parte, material esportivo (redes de vôlei e basquete, bolas, jogos de uniformes de futebol, mesas de pingue-pongue), além de material didático (coleções de livros, fitas de vídeos), troféus, bebedouros, e brindes (bicicletas) que foram posteriormente rifados e os recursos empregados na aquisição de material didático mais sofisticado (aparelhos de vídeo e televisores). Prêmios individuais compuseram medalhas, troféus, relógios, pequenos equipamentos eletrônicos, camisetas com ilustração do cartaz vencedor, livros, bolas etc.; bonés proporcionaram particular atração e satisfação pessoal.

Enfim, a criatividade da comunidade escolar e das autoridades municipais atuam na motivação dos patrocinadores e fornecedores de prêmios, resultando em imensa variedade de prêmios materiais.

Comentários às atividades desenvolvidas

O projeto "Aprendendo e participando..." não foi idealizado com o propósito de se realizar um experimento científico. Portanto, as duas tabelas apresentam os dados brutos obtidos, mas o sucesso maior ou menor do projeto em um ou outro município não pode ser aquilatado pela simples comparação desses dados, já que nem sempre são estatisticamente comparáveis. Há sempre que se levar em conta o fator subjetivo do interesse de participação e envolvimento dos professores, que souberam conduzir o projeto até o ápice, com resultados finais surpreendentes.

Poucos municípios não desenvolveram todas as atividades previstas. Por exemplo, alguns diretores de escolas recusaram a Gincana de Criadouros, por entenderem que era perigosa para os alunos; um município não aceitou efetuar premiações.

Dezessete municípios desenvolveram o projeto; 13 o completaram na íntegra, atingindo 144 escolas, 503 professores, 77.044 alunos e 119.971 imóveis. Vale ressaltar que não ocorreram acidentes. Incluídos os municípios que realizaram partes do projeto ou não o completaram, o universo abrangido compreende 322 escolas, 1.224 professores, 256.550 alunos (6-23 anos) e 351.051 imóveis. Todos os professores, alunos e suas famílias são potencialmente agentes multiplicadores do conhecimento e controladores do vetor; cerca de 1/3 desenvolveu o projeto na íntegra (30% dos alunos e 40% dos professores).

Municípios pequenos parecem operacionalizar as fases do projeto com

mais facilidade e maior envolvimento comunitário, embora geralmente sejam mais carentes de recursos. Neles, o universo de imóveis abrangidos é proporcionalmente maior; por exemplo, Altair possui 629 imóveis e 744 alunos, sendo que todos participaram. Também é nos municípios menores que se obteve maior interesse dos professores. Como exemplo, em Colina e Monte Azul Paulista todos os professores foram dispensados das aulas para acompanhar o treinamento. Em Guaraci, a rivalidade entre as duas únicas escolas estaduais suscitou uma disputa extremamente benéfica ao controle do mosquito, com magnífico índice de acertos dos alunos sorteados na Gincana de Areia (ao final, a Prefeitura elegeu 2 cartazes oficiais, um de cada escola...). Alguns temas merecem comentários adicionais.

Cartazes

É interessante notar que as redações não suscitaram o mesmo interesse que os cartazes. Apenas 2 municípios finalizaram o concurso de redações.

Durante a seleção dos cartazes foi possível avaliar um pouco do conhecimento fragmentário da população sobre a endemia e a aceitação do enfoque paternalista com que o assunto ainda é tratado pelo poder público. Alguns cartazes mostraram exatamente os conceitos errôneos que o projeto "Aprendendo e participando..." pretende combater, como uma suposta maior importância do tratamento químico para o controle do mosquito, ou o tratamento químico como a solução final e definitiva para o problema.

Os cartazes aqui exibidos mostram que os alunos usaram e abusaram da criatividade ao abordar o tema Dengue/*Aedes aegypti*. São mensagens originais, diferentes das convencionais, criadas por profissionais de saúde pública, produzidas em série e padronizadas, que nem sempre vem de encontro à realidade dos municípios.

Os cartazes elaborados por alunos atrairam bastante a atenção de adultos. Percebe-se que foram utilizados com orgulho pela população local, que os expos em locais nobres; aqueles produzidos nos municípios vizinhos também foram objeto de imensa curiosidade. De quebra, a tiragem foi suficiente para atender a demanda e não houve gastos com transporte. O custo, portanto, foi mínimo.

Não menos importante, o cartaz é um elemento de estímulo a que outros municípios também se engajem no projeto.

Gincana dos Criadouros

A etapa de recolhimento dos criadouros requer que os recursos humanos e materiais do poder municipal estejam articulados para evitar contratempos, de modo que o período de permanência do material nas escolas seja o mais breve possível e não cause transtornos.

A quantidade de criadouros recolhidos pelos alunos, em alguns municípios, foi superior ou equivalente aos dos arrastões anteriormente desenvolvidos. O arrastão é uma atividade paternalista. Já a Gincana dos Criadouros estabelece uma competição, na qual a criança não se contenta em retirar material somente de sua casa, mas também de vizinhos e terrenos baldios. O material é transportado de maneiras variadas, como sacos (estopa, plástico), caixas, carriolas e porta-malas do automóvel da família.

Gincana de Areia

Na maioria dos municípios, de acordo com o índice de Breteau, os criadouros predominantes são os vasos de plantas, que chegam a 40%, ou mais, do total de recipientes infestados. Nos arrastões, em que são removidas latas, garrafas, pneus etc., os vasos sempre permanecem no intra e peridomicílio. Esse assunto é resolvido, tanto nos arrastões como na rotina do controle de *Aedes*, com a adição de inseticida (temefós) à água presente no prato ou no interior do vaso. Esse inseticida é de uso restrito a equipes de saúde pública, tem efeito residual de 3 meses, e desagrada donas de casa por causar amarelecimento de folhagens.

Adicionar areia grossa é uma alternativa simples e econômica ao tratamento químico convencional. Porém, é um fato que donas de casa normalmente demonstram relutância em aceitar a substituição da água de vasos por areia. Portanto, levar para a escola o conhecimento científico acerca da biologia do mosquito e introduzir a prática do controle mecânico sob a forma de gincana, propicia gerar uma cultura familiar de prevenção da infestação.

O resultado da gincana é sempre positivo. É digno de nota que o aluno sorteado, cuja casa está adequadamente preparada, regozija pelo fato de ter seu esforço reconhecido, o que se reflete no ambiente familiar. Já nas casas em que o conhecimento não foi adequadamente aplicado, o aluno e sua família experimentam um sentimento de frustração e manifestam o desejo de serem novamente sorteados, para corrigirem as falhas em próxima oportunidade. A gincana de areia é, portanto, uma oportunidade de aprendizado.

Premiação

A premiação vislumbra estimular o interesse e participação dos alunos, em clima de competição saudável, individual ou coletivamente. A premiação coletiva, de escolas vencedoras, atende necessidades da escola e motiva a interação da comunidade de alunos em prol do bem comum. Muito importante, a premiação gera motivação e compromisso em setores destacados da comunidade (autoridades municipais, empresários de diversos ramos de atividade, representantes de sociedades classistas, artistas, sociedades culturais, imprensa etc.), que assumem uma parcela de responsabilidade em todo o projeto, cujo sucesso será motivo de regozijo. A solenidade de entrega de prêmios transforma-se em evento cultural de máxima importância, motivo de orgulho para toda a comunidade, em especial para aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para o desenvolvimento do projeto. Resulta em dividendos políticos para todos os envolvidos. Há competição entre os municípios, num salutar efeito multiplicador de conhecimentos e ações.

> *"Torcida, vamos lutar por coisas que realmente valem a pena. Vamos lutar contra a dengue e seremos os campeões de saúde".*
>
> Nílson José Spanger, 23 anos, 1ª série do 2º grau, EEPSG Dr. Isaías José Ferreira, Sertãozinho (Distrito Cruz das Posses), SP.

A premiação não é necessariamente material. O mérito do desenvolvimento cultural propiciado pelo concurso de cartazes é inegável. Descobrem-se novos valores artísticos e abre-se a perspectiva de se abandonarem conceitos preestabelecidos (muitos dos quais, em realidade, são vícios assumidos como verdades incontestes) em controle de vetores e de se assumirem propostas gigantescas oriundas da própria comunidade. Há motivação e orgulho dos alunos, da família, da comunidade escolar e de todos os setores envolvidos no sucesso. Ou seja, há motivação e orgulho para todos, inclusive para os não premiados, pois não são, em verdade, perdedores.

> *"Sua casa pode estar virando um hotel cinco estrelas do mosquito transmissor da dengue".*
>
> Glauber da Silva, 13 anos, 7ª série, EEPG Pe. Francisco S. Culturado, Araraquara, SP.

A solenidade de premiação se constituiu em evento social da maior importância, bastante concorrido pela comunidade, e ensejou integração dos setores sociais envolvidos e propostas de continuidade do projeto, seja sob a forma de continuidade das ações ou propostas de novas atividades.

Apenas Araraquara não aceitou efetuar premiações. Parece bastante significativo que, embora a estrutura montada para o projeto tenha sido perfeita, nesse município nenhum dos 33 alunos sorteados apresentou sua casa adequadamente preparada. Se excluirmos Araraquara, o índice de acerto na preparação do ambiente doméstico (Tabela 2, domicílios corretos) é de 73,3%.

Considerações finais

A participação integrada da comunidade é fundamental no controle do mosquito da dengue, a longo prazo. Atividades educativas são o caminho para obter essa integração. Atualmente vem surgindo uma consciência do problema nas autoridades da saúde pública de nosso país, porém ainda incipiente e caracterizada pela quase absoluta falta de estímulo à adoção de uma atitude educativa mais enérgica. Por exemplo, o recente Manual de Dengue2 (1995) incorpora apenas um pequeno capítulo teórico, de uma página, sobre a necessidade de se implementarem medidas educativas para o

controle do *Aedes*. Estamos, ainda, muito imbuídos da idéia do controle químico, e de autoritarismo no manejo das questões que afetam a saúde pública.

Vivemos uma época em que a realidade educativa ainda está, infelizmente, distante da realidade prática do controle.

Os resultados que trazemos a público representam uma tentativa de apresentar uma metodologia educativa de fácil implantação, custo mínimo, e com a perspectiva de gerar uma consciência popular duradoura sobre a questão da dengue. Temos a esperança de que esse exemplo pode ser adequado para todo o sistema educacional, inclusive escolas particulares (e, com isso, alcançar outras classes sociais), e aproveitado como parte dos programas de controle de endemias do Estado.

Os professores da rede básica de ensino compõem uma categoria profissional numerosa, de enorme potencial como multiplicadores do conhecimento. Eles vivem uma realidade difícil, de desestímulo econômico, descrédito perante a sociedade e em luta contínua para crescimento na árdua carreira que abraçaram. Sua atuação exemplar no projeto "Aprendendo e participando ..." é marcante e, seguramente, a um "custo" infinitamente menor do que o de uma epidemia de dengue. Devemos refletir, para próximas fases do projeto, se o indispensável professor não faz jus, também, a uma merecida premiação que o valorize profissionalmente.

É claro que o controle da dengue demanda muito mais. Há que se pensar num meio eficaz de se obter a adesão das populações miseráveis de favelados, com problemas tão mais urgentes para a mente e para o corpo do que eliminar criadouros de mosquitos. Existe também a questão de que o meio urbano é muito complexo e criadouros existem em locais inacessíveis tanto à população em geral como ao controle químico convencional. Nesta categoria está, por exemplo, a grande quantidade de materiais inservíveis de todos os tipos, acumulados sem qualquer perspectiva de uso imediato nos telhados e lajes de edificações, que associadas aos pontos naturalmente favoráveis ao acúmulo de água, devem responder por uma certa parcela da infestação por mosquitos.

O binômio infestação/controle, por si só abusadamente complexo, deságua na complexidade do meio urbano mutante, em constante ebulição, com toda a sua variedade de componentes de ordem social, econômica, cultural, política etc. Como consolo, resta enfatizar que um trabalho educativo de natureza simples, de custo baixo, se bem conduzido consegue suplantar a maioria dos obstáculos oriundos dessa complexidade assustadora.

Devemos fazer coro ao estímulo que vem de nossos alunos.

Referência bibliográfica

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE/MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1995. *Manual de dengue. Vigilância epidemiológica e atenção ao doente*. Brasília, 83 pp.

HALSTEAD, S. B. & GOMEZ-DANTES, H. (Ed.), 1992. *Dengue. A worldwide problem, a common strategy*. Ministry of Health & Rockefeller Foundation, México, 333 pp.

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE DE ENDEMIAS (SUCEN)/SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, 1993. *Manual de atividades para controle dos vetores de dengue e febre amarela. Controle mecânico e químico*. São Paulo, 23 pp.

Lúcia Antonia Taveira - Educadora de Saúde Pública. Coordenadora do Programa de Controle de Vetores, Secretaria Municipal de Saúde, Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, SP.

Dorotea de Pádua Damas - Visitadora Sanitária. Regional de Ribeirão Preto (SR-6), Superintendência de Controle de Endemias (SUCEN).

Luiz Roberto Fontes - Biólogo e Médico, Doutor em Ciências pela USP. Pesquisador Científico nível V, da Divisão de Programas Especiais, Superintendência de Controle de Endemias (SUCEN), SP.

EDUCAÇÃO E SAÚDE JÁ!



Sidney Milano

Mudou o ministro da Saúde. Pela terceira vez neste governo. Porém pouco se ouviu até agora sobre as mudanças na política do ministério, as providências para aumentar os recursos para a pasta, os mecanismos para aumentar a eficiência do setor e reduzir a corrupção e tantos outros problemas crônicos da Saúde no Brasil.

Ao invez disto o novo ministro, economista de reconhecida competência nos meios acadêmicos, vem sendo obrigado a dividir o noticiário dos orgãos de imprensa com um mosquito que, simplesmente, faz aquilo para que foi programado pela Natureza: sobreviver e reproduzir-se de maneira absolutamente conhecida e previsível. Há alguns anos os especialistas em saúde pública vêm alertando sobre os riscos de uma epidemia de dengue como a que atualmente se desenvolve em algumas das principais cidades brasileiras.

Porque, então, a epidemia se instalou? Será que falharam os ministros anteriores. Tenho certeza que não. Todos são reconhecidamente bastante competentes! Os quadros do Ministério da Saúde dispõe de profissionais altamente capacitados e informados. Mas faltam verbas. Verbas sempre foram e sempre serão insuficientes em qualquer área e em qualquer país. Caso contrário os administradores seriam dispensáveis.

Administrar bem é utilizar adequadamente os recursos (sempre escassos) para o atingimento de objetivos priorizados com sabedoria. A priorização de objetivos, num país tão carente quanto o Brasil, é uma decisão essencialmente política. Apesar da implantação do CPMF, segundo o ex Ministro Adib Jatene, os recursos disponíveis para o ministério da Saúde diminuíram em termos nominais. Tenho certeza de que um dos grandes problemas do ministério é a falta de recursos. E a falta de recursos é consequência de uma priorização de problemas que relega a Saúde a patamares secundários. Nos dois casos há necessidade de pressão política. e neste aspecto falhou a sociedade brasileira como um todo. Falhamos eu e você, caro leitor.

Falhamos por esperar que instâncias superiores nos dissessem o que fazer e nos fornecessem os recursos, que por sinal são nossos. Cometemos um erro bem característico da cultura brasileira: delegamos para cima a responsabilidade por decisões que afetam diretamente as nossas vidas. Falhamos, enquanto cidadãos, por omissão. Falharam os orgãos de comunicação e os políticos por não trabalharem para mobilizar a população.

É, sempre, cômodo encontrarmos justificativas para os problemas e acharmos os culpados externamente a nós. Difícil é procurar alternativas que nos permitam contornar as dificuldades. Difícil é ter a coragem de priorizar com sabedoria e implementar planos que não estejam necessariamente presos às amarras das abordagens tradicionais.

Nos últimos dias os meios de comunicação tem noticiado a experiência de Catanduva, no interior de São Paulo. Resgatando o conceito básico de que saúde e educação andam de mãos dadas o prefeito Felix Sahão Jr. e o médico Dr. Ricardo Santaeela elaboraram um programa envolvendo visitadores e campanhas nas escolas visando, fundamentalmente, informar e orientar a população para que esta, mobilizada, não favorecesse a instalação de criadouros do mosquito da dengue em suas casas ou nas proximidades. Este programa começou há pouco mais de um ano. Resultados: nenhum caso de dengue no município e não haverá necessidade de pulverizações macissas de inseticidas!

Nos últimos dias os meios de comunicação têm noticiado, também, a liberação de um substancial volume de verbas para a aquisição de inseticidas e equipamentos de aplicação, além da contratação de pessoal para as aplicações. Têm noticiado, também, que alguns contingentes do exército estão recebendo treinamento para aplicarem inseticidas em algumas cidades. As rádios e Tvs divulgam campanha publicitária em horário nobre. Estamos, efetivamente, em guerra contra a dengue. Uma guerra absolutamente necessária neste momento. Uma guerra que, certamente, venceremos. Porém uma guerra cara e que poderíamos ter evitado se cada um de nós tivesse feito a sua parte no devido tempo.

E quando a situação de epidemia regredir e esta guerra acabar? Voltaremos, novamente, ao nosso dia-a-dia até a próxima guerra? Ou aprenderemos com os erros desta? Será que já não está mais do que na hora do nosso povo e nossos políticos pintarem as caras e mobilizarem-se numa campanha com um slogam do tipo : **Educação e Saúde Já!**